

Assembleia Municipal Extraordinária

09/maio/2016

Vila Praia de Âncora

a) Tomada de posição sobre o estudo de "Avaliação da rede de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação" do qual resulta a não atribuição de turmas do 7º e do 10º ano para os próximos anos letivos à Anvorensis Cooperativa de Ensino com a conseqüente influência decisiva da viabilidade e futuro funcionamento desta escola.



Exmo....

Quis o Partido Social Democrata trazer a esta Assembleia, não um conjunto de medidas que objetivamente comprometam os seus membros com a Constituição da República e com a legislação em vigor, mas antes procurar alicerces locais para a afirmação ideológica que a direita tem nesta matéria. E para isso, tudo vale, até difundir o nome da Ancorensis, exponda-a a ela e aos seus alunos a um registo radical, que ronda a intolerância e o desrespeito pela livre expressão e pensamento crítico. Se assim não é, vejamos então como o PSD local se posicionou desde que o PS no Governo, dando sequência, segundo afirma, à orientação do Governo anterior do PSD e do CDS-PP, em antecipação,



propalou a vontade de redefinir as necessidades de contratualização de turmas, em regime de contrato de associação. Desde o primeiro momento propagandeou, novamente, a liberdade de escolha, sabendo que a sua leitura ideológica define que esta pressupõe a duplicidade de disponibilidade, paga pelo erário público.

O PSD, como também o PS, tiveram inclusivamente tempo suficiente para diferenciar o ensino particular do cooperativo, mas não o fizeram, preferindo, ao longo dos anos, desvirtuar o princípio cooperativo, aproximando-o do regime empresarial. Mais, traz hoje o PSD a esta assembleia a intenção de todos tomarmos uma posição sobre o estudo que determinou o fim das turmas de início de ciclo em algumas escolas, do que é exemplo a Ancorensis, mas não o fez no passado, quando o



estudo anterior obrigou à diminuição de turmas, com o conseqüente despedimento de professores e funcionários, em número semelhante aos que agora estão em causa. Serão os atuais mais importantes que os anteriores?

Então não se escondam na moita nem atirem pedras a quem passa, porque na verdade são os vossos princípios ideológicos que estão na berlinda, e para isso requerem a nossa participação usando uma entidade que nos merece respeito e reconhecimento. Não agitem a defesa do vale do Âncora porque se essa fosse a vossa preocupação tê-lo-iam defendido quando estavam à frente da Câmara Municipal de Caminha e negociaram a carta educativa. Mas não o fizeram e permitiram que o Agrupamento intermunicipal do Vale do Âncora



terminasse, perdendo-se a influência pedagógica de Vila Praia de Âncora sobre freguesias como o Amonde, Freixieiro de Soutelo e Afife, e encerrando as escolas de Orbacem e Gondar, e posteriormente Riba de Âncora. Nessa altura ignoraram o PCP e a CDU; nessa altura, quando afirmava-mos que o fim das escolas iria fazer definhir todas essas freguesias, Vs. Exas. preferiram dizer que não se identificavam com esse radicalismo, o mesmo radicalismo com o qual se identificam agora. Então vamos por partes, porque a questão dos contratos de associação cruza-se com princípios ideológicos de outras forças partidárias, que na determinação democrática da representatividade dos eleitos vos obriga à convivência.



Ponto 1

No cruzamento da Constituição da República Portuguesa com a legislação em vigor, cabe ao Estado Português garantir uma rede de oferta pública de ensino. Para tal, onde não detém capacidade, pode estabelecer contratos com escolas de ensino particular ou cooperativo.

No entanto, onde a oferta de escolas do Estado é suficientemente capaz, tal não deve acontecer. E nesta matéria estamos entendidos porque a Lei é igual para todos. No entanto nós assumimos a oferta pública feita pelas escolas do Estado; Vs. Exas. assumem que o Estado não deve pugnar por cumprir a sua obrigação, e então não deve estar onde existe escola particular paga pelo Estado, e se aí estiver, deve oferecer o ensino à "la carte", duplicando a oferta, apresentando



argumentos que vão da qualidade dos projetos educativos à dos próprios professores. No entanto, insistimos, nunca se preocuparam com os professores despedidos no país e em Vila Praia de Âncora, no passado, como se a sua qualidade desaparecesse no dia em que deles já não precisavam. Mas mais, o vosso princípio ideológico determina também que há alunos de primeira e alunos de segunda, já que uns podem beneficiar de duas ofertas pagas pelo erário público, e outras não.

Então, no domínio ideológico fica claro que o PCP e a CDU, são defensores incondicionais do ensino público e da escola pública. E não vale a pena introduzir ruído com a qualidade porque esta não está nem esteve, nunca, em causa. Mau seria que um país assumisse esse



paradigma das escolas com qualidade e sem qualidade. E portanto, se isso é ser radical, a vossa defesa não o será menos.

Entenda-se pois que para o PCP e a CDU, não estamos perante radicalismos de direita ou esquerda, mas estamos a mostrar aquilo que ideologicamente nos diferencia, sendo certo que ambos reconhecemos igual qualidade de ensino.

E também não se trata de indiferença, e demos disso prova ao votarmos favoravelmente, nesta assembleia, uma moção que demonstrava total solidariedade para com a instituição e os trabalhadores, estando desde esse momento a estudar formas de diminuição dos impactes locais, preferindo Vs. Exas. preocupar-se com a angariação de apoio político-partidário, estimulando e partidarizando



as emoções, quer dos trabalhadores do ensino particular e cooperativo, quer do ensino público, elevando a crispação em vez de a atenuar.

Não se trata de radicalismo primário da nossa parte, tendo votado favoravelmente nesta assembleia uma moção que determinava o envolvimento do município e um estudo, para que houvesse clareza na decisão de garantir que o ensino público seria capaz de disponibilizar a oferta educativa necessária ao 3º ciclo, dispensando-se o contrato de associação nesse nível de ensino.

Pois não mostramos qualquer radicalismo ao votar favoravelmente uma moção que está em linha com os nossos princípios ideológicos que determinam que ao Estado cabe aproximar a oferta de ensino dos cidadãos, e por isso, se fomos contra o encerramento de escolas de 1º



ciclo que determinaram o fim da disponibilidade de escolas nesses meios, também não poderíamos ser favoráveis a decisões que impusessem o fim da oferta de todo o ensino pré superior em Vila Praia de Âncora, havendo alunos na freguesia mais populosa do concelho de Caminha.

Por isso não recebemos lições nem nos revemos em acusações de ambiguidade ideológica, independentemente da fonte pública ou privada, mais até porque só lembram o PCP e a CDU quando sentem ameaça na quinta. A verdade é que o PCP e a CDU há já muito tempo que tem vindo a intervir na defesa dos trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado, nunca considerando que uns merecem ser defendidos e outros não. E mais, toda a classe trabalhadora



encontrará sempre no PCP e na CDU o braço firme e combativo, a todo o tempo, e não apenas quando às entidades patronais interessa.

Ponto dois

A Ancorensis Cooperativa de Ensino surgiu na sequência do prometido encerramento do Externato de N. Sra. da Assunção. Na altura estava em causa o fim da oferta educativa do atual 3ºCiclo do Ensino Básico e Ensino Secundário em Vila Praia de Âncora. Na altura, nenhuma força partidária pensou sequer que tal fosse possível, e passados todos estes anos, mesmo sabendo do cariz meramente conjuntural do contrato de associação, por indisponibilidade de resposta pública, a verdade é que todos, hoje, reconhecemos o contributo dado na manutenção da



resposta educativa em Vila Praia de Âncora, o que ajudou na fixação da população e no crescimento também do ensino público, porque sem essa fixação, sem a existência de alunos, nunca teria o Ciclo Preparatório sofrido as intervenções que sofreu, aumentando-se, e bem, a sua capacidade.

Por isso a Ancorensis, enquanto instituição, com os seus defeitos e virtudes, teve um papel de relevo, e se outra atenção tivesse havido na diferenciação das escolas cooperativas das restantes, hoje não se associaria o nome da Ancorensis a outras iniciativas privadas que pouco ou nada deram às comunidades locais. Esse não foi o caso da Ancorensis, que sempre foi parceira local, entregando-se a projetos públicos, usando os recursos conferidos no enquadramento legal



vigente, se não na totalidade, em parte significativa, ao interesse da comunidade local. Claro que por força do PS e do PSD, tal como o restante regime cooperativo, também a Ancorensis se foi transformando, afirmando-se cada vez mais o regime comercial empresarial, fazendo dos associados praticamente sócios, nem sempre, porventura, beneficiando os trabalhadores, sem que o PSD, uma vez mais mais, tivesse mostrado qualquer preocupação.

A Ancorensis afirmou-se, adquiriu novas dimensões, fruto de um corpo docente maioritariamente pertencente à comunidade local, e soube bem identificar as necessidades das gentes deste vale, sem que daí resultasse qualquer depreciação das escolas do Estado, assumindo a



comunidade local tantas vezes que a Ancorensis, por ser uma cooperativa, era de facto uma escola estatal, não o sendo.

Hoje, contudo, cabe também à Ancorensis, e à comunidade local, perceber que há já em Vila Praia de Âncora resposta pública ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, podendo não fazer sentido a duplicação. E percebendo-se este novo paradigma é, em nosso entender, importante que todos os atores tenham disso consciência, entregando-se as escolas àquilo que melhor sabem fazer, que é ensinar e contribuir para uma sociedade mais capaz. Não estamos perante um cenário de guerra, alinhando soldados. Estamos tão só e apenas a cumprir a legislação em vigor.



Claro que no registo empresarial, tem a Ancorensis, como todas as outras Escolas Particulares com Contrato de Associação, a capacidade legal de fazer cumprir o que entende ser o que se assumiu com o Estado, da mesma forma que o Estado também o pode fazer. Mas essa não é matéria de envolvimento desta Assembleia, mas sim dos tribunais.

Ponto 3

A Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação.

Este foi de facto o estudo que determinou a decisão do Governo em estabelecer, ou não, novos contratos de associação. E esta análise de



rede ditou que em Vila Praia de Âncora terminassem não só os contratos de associação ao nível do 3º ciclo, como também ao nível do ensino secundário. Pode ler-se no documento, em resultado da análise, que: "A Escola Básica do Vale do Âncora... pode acolher turmas do 3º ciclo, dado que pertence ao agrupamento de escolas de Caminha, cuja sede é a escola Básica e Secundária Sidónio Pais, que já integra professores do 3º ciclo. Existem bons transportes públicos.". E é esta análise que sustenta a decisão de não atribuição de turmas, nem de 3º Ciclo, nem de ensino secundário, à Ancorensis, em regime de contrato de associação. Pelo meio fica o quadro de proximidade e índice de ocupação das escolas do Estado no concelho, índice 1 na EB do Vale do Âncora, em Vila Praia de Âncora, e índice 3 na EB/S Sidónio Pais, em Caminha, considerada a 10 km da Ancorensis.



A CDU nunca escondeu a defesa da disponibilidade de todo o ensino pré superior em Vila Praia de Âncora, no entanto este estudo não é sensível a esta visão que é claramente política, assumimos, mas que não colide com os nossos princípios ideológicos de defesa da escola de proximidade. E não o é no que respeita ao ensino secundário. Contudo, não deixa de ser relevante que quando o PCP se insuïria no passado contra o encerramento de escolas do 1º Ciclo, invocando a necessidade de mobilidade desses alunos, o seu desenraizamento, o afastamento da escola pública das populações a quem serve, o PSD no Governo e na Câmara de Caminha, promovia os encerramentos dessas escolas. Claro que provavelmente arranjarão forma de dizer que a sua falta de coerência há de ter justificação no PCP e na CDU, mas a verdade é que sempre atuamos em coerência, de forma ideologicamente consistente,



e sem radicalismos. É por isso que nesta matéria também o PCP e a CDU defendem a existência de contratos de associação onde os mesmos se revelam necessários. E não deve haver nessa matéria qualquer estigma, mas antes uma atuação clara e uniforme no território nacional, percebendo-se a complementaridade do contratato de associação por falta de oferta pública local.

O estudo aponta também situações aparentemente semelhantes com análises e decisões diferentes. Por exemplo, e porque este documento é público, podendo ser consultado por todos, dispenso a leitura vejamos os casos do **Externato S. Miguel de Refojos**, o **Colégio de Albergaria**, o **Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação**, o **Colégio Dinis de Melo**, o **Colégio Dr. Luís Pereira da Costa**, o **Instituto "D. João**



V", o Colégio de Cidade Roda, o Externato Cooperativo da Benedita, o Externato D. Fuas Roupinho, o Colégio Miramar, o Colégio de São Miguel de Fátima, o Centro de Estudos de Fátima e o Externato António Sérgio.

Quanto à boa rede de transportes públicos assumida no estudo para mobilizar os alunos de Vila Praia de Âncora, esta é contrariada pela rede social que aponta, no seu diagnóstico, que o concelho de Caminha detém uma fraca rede de transportes públicos. Ora não sendo o PCP responsável por nenhum dos dois pareceres, fica-nos a dúvida de qual estará certo.



Feita esta apreciação importa então não esquecer o princípio basilar em Vila Praia de Âncora da defesa incondicional da escola pública, e se ela responde às necessidades atuais e futuras do 3º Ciclo, está a análise às necessidades de rede correta. No que respeita ao ensino secundário, não havendo assumidamente resposta pública em Vila Praia de Âncora, o estudo deveria ter clarificado esta matéria, e sendo o município co-responsável, mais que não seja pelas decisões políticas que afetam o seu território e pelas disponibilidades de recursos, em particular, transportes, deveria ser ouvido antes das tomadas de decisão.

Tendo tudo isto em conta, consideramos que a análise à rede compatibiliza-se com a nossa ao nível do 3º Ciclo, mas distancia-se da defesa do ensino secundário em Vila Praia de Âncora.



Disse